

Comunicação caso

É Jorge Wolney Atalla, comandante do Grupo Atalla, que desafia governos, dribla a Justiça e levou à liquidação um de seus maiores credores, o Banco do Desenvolvimento do Paraná.

Atalla, este homem deve US\$ 500 milhões.

LUIZ MAKLOUF CARVALHO

O Brasil tem um homem de US\$ 500 milhões — pelo menos em dívidas. Ele atende pelo nome de Jorge Wolney Atalla, engenheiro e industrial milionário de 62 anos, que volta e meia frequenta o noticiário econômico dos jornais e das revistas com a fama feita de péssimo pagador, de inadimplente irrecuperável. Há algum tempo esquecido, o dr. Jorge continua devendo muito, ele e os irmãos Jorge Sidney, Jorge Rudney e Jorge Édson. O quarteto encabeça o chamado Grupo Atalla, conglomerado que figura destacadamente no pelotão das empresas privadas que mais devem na história do País.

O dr. Jorge Wolney Atalla deve a bancos públicos e privados, ministérios, prefeituras, empregados. Para se ter uma idéia, basta dizer que os US\$ 500 milhões — que na verdade são mais de US\$ 600 milhões — representam apenas dívida parcial com a Previdência Social e com três bancos. Assim divididos:

- US\$ 276 milhões (Cr\$ 68.172 bilhões) para o Banco do Desenvolvimento do Paraná (Badep, em liquidação pelo Banco Central);

- US\$ 37.024.291 (Cr\$ 9.145 bilhões) para o Banco do Estado do Paraná - Banestado;

- US\$ 95.974.440 (Cr\$ 23.705.679.126) para o Banespa;

- US\$ 12.288.600 (Cr\$ 3.034.584.307) para o Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo e no Paraná (valor equivalente a 23.920.341 BTNf, congelada a 1º de fevereiro);

- US\$ 200 milhões (Cr\$ 49,4 bilhões) para a Copersucar.

O débito daria para comprar 97 mil carros Uno Mille

Os números estão atualizados pelo dólar comercial de segunda-feira (Cr\$ 247), fornecidos ao **Jornal da Tarde** pelos próprios credores e sua soma alcança US\$ 621.287.331, ou Cr\$ 153.457.263.433. Para se ter uma idéia mais precisa, daria para comprar 97 mil carros Uno Mille.

O débito dos Atalla com a Previdência Social é um exemplo muito interessante — mesmo que o ministro Rogério Magri não tenha autorizado a divulgação dos números para o **JT**, em nome do sigilo fiscal. Além da manjadíssima dívida da Usina Central Paraná junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — que já chega perto de 17 milhões de BTNf e está sendo cobrada na Justiça —, os Atalla conseguiram um recorde impressionante em São Paulo: todas as seis empresas paulistas do grupo devem ao INSS, apenas em contribuições previdenciárias não pagas (FGTS à parte, portanto), Cr\$ 929.355.174,70.

Não é tudo. Mas foi o que o **JT** apurou com absoluta precisão. A mais conhecida delas — a Central Paulista de Açúcar e Alcool Ltda., sediada em Jaú — tem uma dívida levantada de 3.779.374,36 BTNf. Foram oito Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos (NFLD) — três delas em 28/1/88 e as outras cinco em 30/8/90. A Companhia Agrícola Industrial São Jorge coleciona sete notificações. A Central Paulista de Inseminação Artificial Ltda. abiscoitou quatro, a Companhia Mogi de Café Solúvel, cinco, a Central Adm. Plan. Serviços Técnicos, duas. A Agropastoril Minerva Ltda., que não tem notificações recentes, tem débitos julgados na procuradoria do INSS em Jaú. O total do débito em São Paulo, e apenas no que se refere às contri-



Relatório de Fretes/AE — 07.02.90



Usina Central do Paraná (acima e à esquerda): milhares de alqueires em Porecatu e uma dívida imensa, que Jorge Wolney Atalla não se preocupa em pagar, desafiando a ação de sucessivos governos.



Arquivo/AE — 12.02.90

buições previdenciárias, é de 7.112.341,49 BTNf, sem a incidência de juros de mora e de outras taxas que o instituto cobra pelo atraso.

Essa dívida e a dívida bancária estão sendo cobradas dos Atalla na Justiça comum e federal, onde se acumulam dezenas e dezenas de processos. É ilustrativo detalhar a história de pelo menos um deles — o de número 88.2017032-9, que tramita na Justiça Federal de Londrina (PR) e está em véspera de sentença. Trata-se de uma ação criminal por apropriação indébita de contribuições previdenciárias deduzidas sobre salários, férias e indenização dos empregados da Usina Central do Paraná. Ou seja: a usina descontou dos funcionários mas não pagou à Previdência. O inquérito foi instaurado na Polícia Federal de Londrina em 3/11/89, a pedido da procuradora Déa Gomes Pereira, do Iapac, que cobrava um débito de Cr\$ 133.178.093,91 até março de 1987, discriminado em 10 notificações.

Os advogados do grupo são orientados a protelar a já lenta Justiça brasileira

O inquérito, presidido pelo delegado Hiroshi Kitanishi, foi enviado a Justiça Federal três meses depois, 8/2/90, com o indiciamento de dois procuradores da usina — Jaime Planas Navarro e Cláudio Pereira Campos. Escapamos, como nos demais — pensaria o dr. Jorge, se tivesse preocupação com essas coisas. Mas o procurador Mário Ferreira Leite achou que três dos irmãos — Wolney, Rudney e Ediney — também deveriam ser indiciados. O juiz federal Zacarias Pólvora recebeu a denúncia em 22 de fevereiro — e aí começou o mais difícil: encontrar os Atalla através de carta precatória para a Justiça Federal de São Paulo. Não é fácil, podem testemu-

nar juizes e oficiais de justiça que já tiveram essa tarefa nas mãos. Eles nunca estão nos lugares, os funcionários são orientados para desorientar os oficiais de justiça, os advogados do grupo especializaram-se em protelar a já lentíssima Justiça brasileira até o limite do limite.

No caso específico do processo de Londrina, a precatória do juiz Pólvora caiu nas mãos do juiz Dagoberto Loureiro, da 11ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. O advogado dos irmãos Atalla, Mauro Viotto (também advogado do contrabandista paranaense José Morandi e dos chefes do jogo do bicho em Londrina, os irmãos André e Fábio Jaci Scaff) fez o que pôde para evitar que seus clientes cumprissem a precatória. Conseguiu, inclusive, uma façanha sonhada por muitos — a de fazer os Atalla pagarem alguma coisa do que devem. No dia 8 de maio de 1990, a usina depositou nos cofres do INSS exatos Cr\$ 48.677.311,50 — valor que foi sendo acertado no decorrer do processo, Viotto conseguindo provar incorreções em algumas notificações.

Os irmãos Atalla diante do juiz. Culpando os advogados da usina.

No dia 21 de agosto de ano passado, finalmente, um constrangido mas indignado Jorge Wolney Atalla daria um depoimento ao juiz federal Sival Antunes de Souza, da 1ª Vara Criminal. Nos dias seguintes, Jorge Rudney e Jorge Edney também estariam lá. Os três, como já era de se esperar, jogaram toda a responsabilidade nos procuradores da usina.

No processo — que agora aguarda apenas a sentença de Zacarias Pólvora — há um documento muito singular: uma carta do advogado do Iapac em Londri-

na, Júlio Rodolfo Roehrig, a ninguém menos que o então presidente da República, José Sarney. Sofreu, este Roehrig, como advogado do Iapac em 40 processos de execução contra dívidas previdenciárias da Usina Central do Paraná. Tanto que aproveitou este processo de Londrina para alertar o presidente José Sarney sobre a contumaz inadimplência da usina — que àquela altura, como assinava o advogado, já acumulava débitos de Cz\$ 400 milhões.

Roehrig sugeria ao presidente medidas drásticas contra os Atalla e os devedores da Previdência em geral. O corte nos créditos oficiais e o cancelamento de licenças de importação eram algumas delas. A carta é de 10 de julho de 1987, também foi enviada ao ministro da Previdência da época, Waldir Pires. Não se tem notícia de que ele ou o presidente Sarney tenham tomado alguma providência no sentido de pelo menos coibir a compulsão dos Atalla em não pagar obrigações sociais básicas.

Collor e Magri também receberam cartas denunciando os irmãos Atalla

Notícias do gênero também não são conhecidas no governo do presidente Fernando Collor de Mello e na gestão do cada vez mais mexível Rogério Magri. Ambos, no último 21 de fevereiro, também receberam uma carta do advogado Roehrig denunciando o vício de sonegação dos irmãos Atalla e dando sugestões diversas para uma maior eficiência na cobrança dos demais grandes devedores. O ministro, aliás, cometeu uma simpática piadinha quando o **Jornal da Tarde** tentou ouvi-lo sobre as dívidas do grupo Atalla com a Previdência Social. "Doa a quem doer — deveu tem que pagar até o último tostão", mandou dizer o ministro através de sua as-

essoria de comunicação.

O dr. Jorge Wolney riria na cara dele — como deve ter rido da cara séria com que o então governador do Paraná, Alvaro Dias, foi ao presidente Collor no dia 14 de fevereiro entregar-lhe, com pompa, circunstância e farta cobertura da imprensa, um dossiê sobre as dívidas dos Atalla com o governo do Paraná. O débito, então, já ultrapassava o edifício dos US\$ 300 milhões. Dias saiu do encontro exultante — anunciando que o presidente prometera uma punição exemplar para o Grupo Atalla. Algo parecido já havia acontecido no governo Sarney — quando o ministro da Justiça, Saulo Ramos, trombeteou ameaças de desapropriação.

No caso do presidente Collor, o próprio Jorge Wolney Atalla chegou a temer a possibilidade de virar um bode expiatório de colarinho branco. Entre a eleição, a posse e os primeiros dias do novo governo, ele fez uma visita providencial a uma filha que estuda na Suíça. Poderia ter ido a Londres, onde estuda uma outra filha. Ou ao Texas, nos Estados Unidos, onde estuda o outro filho. Mas foi à Suíça — o paraíso de queijos, relógios e bancos. Voltou tranquilo e está aí, no seu estilo espartano, ora despachando no escritório central do grupo — o número 396 da Praça da República; ora descansando no apartamento de andar inteiro na rua dos Ingleses 308, 8º; ora viajando para tratar dos negócios. Os processos que se acumulam na Justiça ficam por conta de uma dezena de advogados — e a vida continua.

Os Atalla tiveram uma facilidade impressionante para conseguir os empréstimos

Como se viu no início desta matéria, a dívida dos irmãos Atalla apenas com Previdência, Coper-

sucar e três bancos, ultrapassa fácil os US\$ 500 milhões. Mas as empresas do grupo ainda devem para os seguintes e aflitos credores: Caixa Econômica Federal, Banco Mercantil de Descontos, Banco Bozzano, Simonsen, Banco do Brasil, Banco Nacional, Banco Econômico, Banco Meridional, Banco de Crédito Nacional (BCN). Pelo menos desses bancos as empresas dos Atalla tiraram diversos empréstimos. Até o final de 1983, uma única empresa do grupo — a Usina Central do Paraná, instalada em Porecatu — havia levado de oito bancos e uma autarquia (o Instituto do Açúcar e do Alcool) exatos Cr\$ 45.998.561.539,68.

A exatidão aí, deve-se ao trabalho do economista Hélio Dutra, do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, que há oito anos rastreou as operações financeiras da Usina Central do Paraná e escreveu um detalhadíssimo relatório sobre sua situação econômico-financeira. Até hoje não adiantou muita coisa, mas o relatório de Hélio é uma demonstração impressionante das facilidades que os Atalla tiveram para tomar os empréstimos.

O Badep, por exemplo, concedeu 23 empréstimos à Usina Central do Paraná — metade deles captados no Exterior, em dólares. Todos os prazos já se esgotaram e não houve sequer um pagamento. Hoje, segundo o próprio Badep, que está em processo de liquidação por determinação do Banco Central, a dívida é de US\$ 276 milhões — e está sendo cobrada na Justiça. "Os Atalla inviabilizaram o Badep para milhares de outros empresários", acusa o secretário de Agricultura do Paraná, Osmar Dias, irmão do ex-governador Alvaro Dias. "A dívida deles é superior aos US\$ 240 milhões que o governo investiu na agrpecuária paranaense em quatro anos, para beneficiar 400 mil produtores", diz o secretário.

O Banespa fez três empréstimos à Usina Central do Paraná: dois em cruzeiros (Cr\$ 45 milhões em valores de 1978) e um em dólares (US\$ 15 milhões, pelo cotação de setembro de 1979), com a garantia de um imóvel hipotecado, a Fazenda Variante. Lá se vão 12 anos — e os Atalla não pagaram nada. Em valores do mês de março passado, o débito já atingia preços Cr\$ 23.705.679.126,03. O departamento jurídico do Banespa está executando a usina na Justiça.

O Banco Mercantil de Descontos não informa o valor atual da dívida — mas a Usina Central do Paraná levou, sempre com a garantia de imóveis hipotecados, US\$ 10 milhões em sete empréstimos com vencimentos previstos entre 1982 e 1984. Os Atalla também não pagaram — e o caso está na Justiça. No total, em valores não corrigidos, a Usina Central do Paraná tomou emprestado, até 1983, Cr\$ 46 bilhões. Do Badep, do Banco Mercantil, da Caixa Econômica Federal, do Banestado, do Banespa, do Banco do Brasil, do IAA, do Banco Auxiliar e do Banco Bozzano Simonsen. Os outros bancos — Nacional, Econômico, Meridional, BCN —, que emprestaram para outras empresas do grupo, não revelam o valor atual da dívida, embora confirmem que ela existe.

O dr. Jorge, desgraçadamente, não afirma nem desafia nada disso. Simplesmente recusa-se a dar entrevistas (leia no box) e ponto final.